

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3939/2020-PGJ, DE 10.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias remanescentes ao Procurador de Justiça abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROCURADOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Edgar Roberto Lemos de Miranda	2008/2009	3	16.11 a 15.12.2020
	2009/2010	13	
	2013/2014	13	
	2014/2015	1	

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4008/2020-PGJ, DE 26.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio compreendido no período de 1º.6.1986 a 25.5.1991, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/3242/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4009/2020-PGJ, DE 14.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Adhemar Mombrum de Carvalho Neto 6 (seis) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes aos quinquênios compreendidos nos períodos de 25.4.1984 a 3.3.1985, 12.3.1985 a 1º.3.1988 e 14.12.2013 a 29.1.2020, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/3286/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 4010/2020-PGJ, DE 14.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio compreendido nos períodos de 1º.1.1979 a 9.12.1982 e 9.12.2017 a 24.12.2018, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/3285/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3947/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2016 a 6 de janeiro de 2017, a serem usufruídos nos dias 17 e 18.3.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3948/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Claudio Rogerio Ferreira Gomes 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2019 a 6 de janeiro de 2020, por ter atuado no período de 20 a 28.12.2019, a serem usufruídos no período de 1º a 3.2.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3949/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça William Marra Silva Junior 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019, por ter atuado no período de 31.12.2018 a 6.1.2019, a serem usufruídos nos dias 7 e 8.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3940/2020-PGJ, DE 10.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, compensação de plantão ao Promotor de Justiça abaixo nominado, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Juliano Albuquerque	20	1º a 20.2.2021

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3951/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 4 a 11.2.2019 e 8 a 15.4.2019, a serem usufruídos no período de 11 a 15.1.2021, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3953/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Claudio Rogerio Ferreira Gomes 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 4 a 11.12.2019 e 9 a 16.3.2020 a serem usufruídos nos dias 28 e 29.1.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3954/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva 1 (um) dia de compensação por ter acompanhado e fiscalizado o processo unificado de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, no dia 6.10.2019, a ser usufruído no dia 19.3.2021.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3955/2020-PGJ, DE 11.12.2020**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça William Marra Silva Junior 1 (um) dia de compensação por sua atuação perante a Sessão Plenária do Tribunal do Júri na comarca de Bonito, no dia 19.11.2019, a ser usufruído no dia 11.1.2021, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3956/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça William Marra Silva Junior 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 19.5, 6 e 7.7 e 10.8.2019, a serem usufruídos nos dias 12, 13, 14 e 15.1.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3976/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luciano Bordignon Conte 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 27.3 a 3.4.2019 e 27.11 a 4.12.2019, a serem usufruídos no período de 18 a 22.1.2021, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3978/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Arturo Iunes Bobadilla Garcia 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2016 a 6 de janeiro de 2017, a ser usufruído no dia 11.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3979/2020-PGJ, DE 11.12.2020**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Arturo Iunes Bobadilla Garcia 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 8 a 15.7.2019, a serem usufruídos nos dias 7 e 8.1.2021, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4007/2020-PGJ, DE 14.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça João Linhares Júnior 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio compreendido nos períodos de 3.2.1997 a 20.12.2000 e 2.1.2016 a 9.3.2017, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/3166/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-603/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 7 a 16.1.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-616/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 7 a 16.1.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-618/2020/PGJ, DE 11.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.2.2021 e 3 a 12.5.2021, e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 7 a 16.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e dos artigos 11, §§ 1º e 2º, e 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, e, ainda, do artigo 1º da Resolução nº 6/2015-CPJ, de 25.6.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-617/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Procurador de Justiça Antonio Siufi Neto para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 16ª Procuradoria de Justiça Criminal, nos períodos de 18 a 27.2.2021 e 3 a 12.5.2021, em razão de férias do Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-624/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 7 a 16.1.2021, referente ao período aquisitivo 2019/2020, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-632/2020/PGJ, DE 14.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Silasneiton Gonçalves a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 7 a 16.1.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-634/2020/PGJ, DE 14.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça João Albino Cardoso Filho férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 12.4 a 1º.5.2021, e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 30.3 a 8.4.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e dos artigos 11, §§ 1º e 2º, e 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, e, ainda, do artigo 1º da Resolução nº 6/2015-CPJ, de 25.6.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-633/2020/PGJ, DE 14.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Procuradora de Justiça Lucienne Reis D’Avila para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 10ª Procuradoria de Justiça Criminal, no período de 12.4 a 1º.5.2021, em razão de férias do Procurador de Justiça João Albino Cardoso Filho.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-636/2020/PGJ, DE 14.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Belmires Soles Ribeiro férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 5 a 24.4.2021, e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 11 a 20.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e dos artigos 11, §§ 1º e 2º, e 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, e, ainda, do artigo 1º da Resolução nº 6/2015-CPJ, de 25.6.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-635/2020/PGJ, DE 14.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 7ª Procuradoria de Justiça Cível, no período de 5 a 24.4.2021, em razão de férias do Procurador de Justiça Belmires Soles Ribeiro.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-601/2020/PGJ, DE 11.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 7 a 16.1.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-602/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Pedro Arthur de Figueiredo a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 11 a 20.1.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-604/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Arturo Iunes Bobadilla Garcia a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 12 a 21.1.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-606/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 7 a 16.1.2021, e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 19 a 28.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e dos artigos 11, §§ 1º e 2º, e 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, e, ainda, do artigo 1º da Resolução nº 6/2015-CPJ, de 25.6.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-605/2020/PGJ, DE 11.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 3ª Promotora de Justiça de Sidrolândia, Bianka Machado Arruda Mendes, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Terenos, no período de 7 a 16.1.2021, em razão de férias do Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-607/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Aparecido Rigato a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 7 a 16.1.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-609/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira 26 (vinte e seis) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 1º a 26.2.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-608/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 3ª Promotora de Justiça de Sidrolândia, Bianka Machado Arruda Mendes, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 1º a 26.2.2021, em razão de férias da Promotora de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-610/2020/PGJ, DE 11.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabricio Secafen Mingati a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 7 a 16.1.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-611/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 11 a 20.1.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-613/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fernando Martins Zaupa férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 7 a 22.1.2021, e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 25.1 a 3.2.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e dos artigos 11, §§ 1º e 2º, e 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, e, ainda, do artigo 1º da Resolução nº 6/2015-CPJ, de 25.6.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-612/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa para, sem prejuízo de suas funções, responder Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações, vinculado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitorais, no período de 7 a 22.1.2021, em razão de férias do Promotor de Justiça Fernando Martins Zaupa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-614/2020/PGJ, DE 11.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 7 a 16.1.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-615/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 8 a 17.2.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-619/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Henrique Franco Cândia a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 7 a 16.1.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-620/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Gevair Ferreira Lima Junior a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 18 a 27.1.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-621/2020/PGJ, DE 11.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 18 a 27.1.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-623/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 7 a 18.6.2021, e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 17 a 26.5.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e dos artigos 11, §§ 1º e 2º, e 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, e, ainda, do artigo 1º da Resolução nº 6/2015-CPJ, de 25.6.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-622/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Cassilândia, Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 7 a 18.6.2021, em razão de férias do Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-626/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet 10 (dez) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 7 a 16.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-625/2020/PGJ, DE 11.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo Ambiental, vinculado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, da Habitação e Urbanismo e do Patrimônio Histórico e Cultural, no período de 7 a 16.1.2021, em razão de férias do Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-627/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 20 a 29.1.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-628/2020/PGJ, DE 11.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 7 a 16.1.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-630/2020/PGJ, DE 14.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 7 a 16.1.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-631/2020/PGJ, DE 14.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça William Marra Silva Junior a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 18 a 27.1.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-637/2020/PGJ, DE 14.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 11 a 20.1.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-638/2020/PGJ, DE 14.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 7 a 16.1.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, com base no artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-639/2020/PGJ, DE 14.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Christiane de Alencar a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 14 a 23.1.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-641/2020/PGJ, DE 14.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos no período de 15 a 31.3.2021, e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 11 a 20.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e dos artigos 11, §§ 1º e 2º, e 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, e, ainda, do artigo 1º da Resolução nº 6/2015-CPJ, de 25.6.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-640/2020/PGJ, DE 14.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Cassilândia, Pedro de Oliveira Magalhães, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 15 a 31.3.2021, em razão de férias da Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-642/2020/PGJ, DE 14.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 1º a 10.2.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-643/2020/PGJ, DE 14.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 20 (vinte) dias de licença para tratamento de saúde, no período 13.11 a 2.12.2020, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4000/2020-PGJ, DE 14.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Ricardo de Melo Alves, Coordenador do CI, Bianka Karina Barros da Costa, Secretária-Geral, Paulo César Zeni, Presidente do CETI, e Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, e os servidores Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira, Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão, Frederick Werner Castellani Viacek, Chefe do Departamento de Sistemas de Informação, Angelo Maia Marcelo Pirani, Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia, Gustavo da Silva Andrade e Marcelo Mendes do Amaral, Assessores de Inteligência, e Leonardo da Silva Oba, Assessor Jurídico, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência do primeiro, comporem a comissão mista para tratar de forma específica da aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA JURÍDICA**PORTARIA Nº e-629/2020/PGJ, DE 14.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA JURÍDICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça, a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 25.1 a 3.2.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº e-644/2020/PGJ, DE 14.12.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Divany Thomaz Duarte Junior, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 1 a 20.3.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 15 a 24.2.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-645/2020/PGJ, DE 14.12.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Lorena Casa Grande Macedo Viana, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.3.2021 e 16 a 25.8.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 18 a 27.3.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-646/2020/PGJ, DE 14.12.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Vagner André Parizotto, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 22.2 a 3.3.2021 e 8 a 17.9.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 5 a 14.4.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS**EDITAL 52/2020****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 1507/2020, de 04.05.2020, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 2196, de 05.05.2020, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 52/2020, referente aos documentos da 1ª Promotoria de Justiça de Camapuã conforme Formulário de Recolhimento de Documentos para Eliminação para eliminação, autorizado pela Secretária Geral, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº 025-2018-PGJ, de 07 de novembro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos, até o dia 21.12.2020.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 14.12.2020

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS N° 52/2020

Unidade Produtora: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã-MS

Responsável: Dr. Douglas da Silva Teixeira



Para tanto, foram analisadas as seguintes caixas de arquivo:

Classe e subclasse	Descrição do documento
000.002	Correspondências Expedidas: ano: 1997/1998/1999/2000/2001/2002/2003/2004/2005/2006/2007/2008/2009/2010/2011/2012/2013/ 2014/2015/2016/2017
000.003	Correspondências recebidas, Comunicação interna, Ofício, Ofícios recebidos, Avisos de Recebimento anos: 1997/1998/1999/2000/2001/2002/2003/2004/2005/2006/2007/2008/2009/2010/2011/2012/2013/2014/2015/2016/ 2017/2018
000.005	Requisições de material de consumo-Ano:2002/2003/2010/2014/2015/2016/
000.006	Relatórios técnicos de serviços de informática (STI)-Ano:2010
000.008	Relatório mensal de atividades da Promotoria, Relatório de Produtividade- Ano:2000/2002/2004/2007/2011/2013/2014
000.011	Certidões expedidas-2005/2010/2016
000.015	Cópia de Recomendações PGJ, Cópia Resoluções PGJ, Cópia Instruções Normativas PGJ -Ano: 1992,1994/1997/2001/2004/2008,2003/2011/2013/2014/2015
000.016	Cópia do termo de convênio firmado entre o MPMS e o FNDE, Cópia do termo de convênio firmado entre o MPMS e a Secretaria de Fazenda do MS-1999/2001/
000.023	Atas de reunião (cópias)-2010/201
000.027	Editais para publicação no DOMP -Ano:1997/1998/1999/2004/2005/2012/2016
000.030	Escalas de Plantão-2005
000.036	Convites-Ano:200, 2007/2009/2010/2015
000.046	Relatórios de despesas-Ano:2000
000.051	Contratos, convênios, aditamentos- Ano: 2018/2011/2016
000.085	Inventário físico de material de almoxarifado-Ano:2010
000.088	Pedidos de aquisição de material-Ano: 2009/2010/2015
300.002	Cópia de Recomendações da Corregedoria Geral do Ministério Público^-Ano:2006,2009, 2012/2011.
000.166	Requerimento de pagamento de indenização de substituição-Ano:2005/2006
000.175	Folhas de frequência e relatórios inerentes; Anos:1997/2003/2014/2016
000.176	Relação de atos concessórios de aposentadoria e pensões e suas complementações-Ano: 1992/1993/1994
00.185	Declaração de Imposto de Renda 2006
000.189	Processo de mobilidade funcional-Ano:2005
000.209	Ordem de serviço-Ano:2000
000.259	Processos de contratação de estagiário-Ano: 2015/2016/2017
000.260	Prontuários de estagiário-Ano:2013/2014
100.006	Mandado de intimação-Ano:2007
100.008	Pauta de Audiência, Pautas de Audiência do Juizado Especial , Atas de sessões de Júri-Ano:2008/2010/2013
100.008	Requisição de material permanente-1998
100.012	Pedidos de providências civis/criminais-Ano: 1996/1997/2010
100.013	Denúncia-Ano:2012
100.016	Recursos-Ano:2007/2009
100.018	Manifestações diversas em processos judiciais-Ano:2005
200.001	Atas de Reuniões(cópias)-Ano:2010
200.003	Livro de registro- Ano:1986/1991/1997/ 1986/ 1994/1995/1998/1999/2000/2001/20002/2004/2005/2006/2007/2008/2009
200.004	Termo de Declarações Ano: 1997/2006/2009/2011/2012/2010/2014/2015/2016/2017
200.005	Controle de carga de inquéritos-2011/2013/2014
200.007	Notificações-1997/1998/2011
200.008	Mandados de intimação -2009
200.009	Cartas precatórias-Ano:2016
200.011	Ofícios-2011/2012/2015
200.012	Cópia de Ata de Audiência, Pautas de Audiência do Juizado Especial , Atas de sessões de Júri- Ano:1998/1999/2000/2001/2005/2006/2007/2008/2009/2010/2012/2013/2014/2010/2011/2012/2013/2014/2011
200.013	Manifestações diversas em processos judiciais (pareceres, petições, razões e contrarrazões- Ano:2002/2006/2009/2011/2012
200.014	Atas de visita a estabelecimentos prisionais e unidades policiais -Ano:2008/2013



200.015	Comunicação de Flagrante-Ano: 2006/2008/2009/2010/2013/2014/2015/2016/2017/2018/2019
200.016	Parecer-2015
200.017	Termos de Ajuste de Conduta-Ano:1995, 1997, 2011, 2012 e 2013
200.018	Portarias de instauração e/ou reabertura de inquérito civil/procedimento preparatório de inquérito civil-Ano:1995/1999/2009
200.019	Inquérito Civil nº 04/06 arquivado em 10/11/2009-Ano 2009
200.023	IC 001/1995
200.024	Promoção de arquivamento de procedimento preparatório de inquérito civil-Ano:1995/1996/000.0031997/1998/2000/2001/2010/
200.034	Promoção de arquivamento de pedido de providências-*1998/1999/2000/2002/2006/2008/2009
200.035	Representações-Ano:2016
200.038	Recomendações-2010
200.040	Pedidos de providências ou requisições de diligências em intervenção pré-processual-Ano: 2002/2007/2004
200.042	Propostas de transação penal-1998/1999
200.044	Apuração de ato infracional-1997
200.045	Recibo Comissionário Civil-2010
200.050	NF 01.2015.00000001-4,NF 01.2015.000000004-7, NF 01.2015.000000027-0 NF 05/2012, NF 21/2014, NF 20/2014, NF 01.2015.000000026-9 NF 01.2017.00004784-0 NF 01.2017.00003289-1 02/08/2017;NF 01.2017.00004896-1 NF 01.2017.00006185-3; NF 01.2017.00004859-4 NF 01.2017.00004821-7 NF 01.2017.00004855-0 NF 01.2017.00004628-5 NF 01.2017.00005330-9, NF 01.2017.00001666-9 NF 01.2017.00001218-3; NF 01.2017.00005076-7,NF 01.2017.00005208-3;NF 01.2017.00005765-6 NF 01.2017.00005100-7 NF 01.2017.00004560-9NF 01.2017.0000449-7; NF 01.2017.00001247-3 ,NF 01.2017.00001247-3NF 01.2017.00001177-4,NF 01.2017.00001288-4 ,NF 01.2017.00000348-5 NF 01.2017.00000418-4 NF 01.2017.00000369-6, NF 01.2017.00002760-0,NF 01.2017.00002122-8 10/05/2017;NF 01.2017.00001546-0; NF 01.2017.00001624-7 NF 01.2017.00001624-7 NF 01.2017.00002260-5 NF 01.2017.00001113-0 NF 01.2017.0004539-7 NF 01.2017.0004457-6 NF 01.2017.0004661-9 NF 01.2017.00004627-4NF 01.2016.00002389-9,NF 01.2016.00004211-9 NF 01.2016.00002156-8 NF 01.2016.00004250-8 NF 01.2016.00002386-6 NF 01.2016.00002356-6 NF 01.2016.00003963-6 NF 01.2016.00004369-5 NF 01.2016.00003559-5 NF 01.2016.00002779-5,NF 01.2016.00003867-0, NF 01.2016.00004364-0 NF 01.2016.00004242-0 NF 01.2016.00001661-0 NF 01.2016.00004080-0 NF 01.2016.00003327-5NF 01.2016.00003206-5 NF 01.2016.00003558-4 ,NF 01.2016.00001665-4,NF 01.2016.00004286-3;NF 01.2016. 00003476-3 NF 01.2016. 00004307-3 NF 01.2016. 00004063-2 NF 01.2016. 00003717-1;NF 01.2016. 00002361-1 NF 01.2016.00000160-6 NF 01.2016.00000127-2NF 01.2016.00001659-8;NF 01.2016.00001562-2;NF 01.2016.00000636-7;NF 01.2016.00001363-5;NF 01.2016.00002393-3 NF 01.2016.00002364-4 NF 01.2016.00000161-7 NF 01.2015.00000987-1 NF 01.2016.00001325-7 NF nº 19/2014 ,NF nº 13/2014;NF nº 16/2014,NF nº 17/2014 NF nº 18/2014 NF nº 10/2013;NF nº 03/2013,NF nº 02/2013 NF nº 01/2013 NF nº 10/2013 NF nº 03/2014 NF nº 02/2014 NF nº 15/2013 NF nº 13/2013 NF nº 12/2013,NF nº 04/2014 NF nº 05/2014 NF nº 11/2014 NF nº 12/2014, NF nº 14/2014 4; NF nº 08/2014, NF nº 07/2014 NF 51/2013, vols. 01 e 02, NF 32/2013, NF 009/2014; NF 01/2013, NF 02/2013NF 03/2013 NF 04/2013, NF 05/2013,NF 06/2013;NF 07/2013 ,NF 08/2013 NF 09/2013,,NF 10/2013 ,NF 11/2013 ,NF 12/2013 ,NF 13/2013 ,NF 14/2013,NF 15/2013,NF 16/2013 ,NF 17/2013 ,NF 18/2013;NF 19/2013 ,NF 20/2013 ,NF 21/2013,NF 22/2013 NF 23/2013 ,NF 24/2013 ,NF 25/2013 ,NF 26/2013;NF 27/2013,NF 28/2013 NF 29/2013 ,NF 36/2013,NF 004/2014, NF 01/2017.00000060-0,NF 01.2017.00000079-9,NF01.2017.00000505-0,NF01.2017.00000073-3 ,NF 01.2017.00000147-6 ,NF Eleitoral 01.2016.00005928-7,NF 01.2016.00006374-7 ,NF 01.2016.00006341-4,NF 01.2016.00005638-0,NF01.2016.00005083-0,NF01.2016.00004500-5 ,NF 01.2016.00006251-5;NF 01.2016.00004519-3 NF 01.2016.00005784-5 ,NF 01.2016.00004501-6 ,NF 01.2016.00004280-8 ,NF 01.2016.00005217-2
200.052	Documentos de informação , Peças de informação-Ano:1997/1999/2000/2001/2005/2006/2008/2010/2015
200.064	Inquérito Civil-Ano:2005/2006
200.067	Projeto-2010
200.078	Relatório de Vistoria em estabelecimento penal-Ano:2014/ 2016
200.081	Controle de tramitação ou comprovante de remessa-Ano:2008/2010/2013/2014/2015/2017
200.085	Cópia de petições judiciais intermediárias, Cópia de processo judicial, Processos Judiciais-Ano: 1995/1996/1997/1998/19992002/2003/2004/2005/2006/2007/2009/2008/21999/2000/2001/2002/2005/2008/2009/2010/2014/2015/2016/2017/2018009/2010/2011
300.002	Atos normativos(cópias)-Ano:2004
300.012	Relatório Eleitoral dos meses de dez/2004, jan/2005 e jul/2005
300.016	Ofícios circulares-Ano:1999/2000/2001/2002/2005/2008/2009/2010/2014/2015/2016/2017/2018
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos	

**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES****AVISO DE DECISÃO DE RECURSO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/PGJ/2020****PROCESSO Nº PGJ/10/2839/2020****UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que na licitação Pregão Eletrônico nº 35/PGJ/2020 (Processo nº PGJ/10/2839/2020), por decisão da Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, o recurso interposto pela licitante ALPHA TERCEIRIZACAO – EIRELI, foi conhecido e, no mérito, teve seu provimento negado.

Campo Grande, 14 de dezembro de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****RECOMENDAÇÃO**

INQUÉRITO CIVIL N.º MP 06.2020.00000699-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande e Consórcio Guaicurus

Data da Instauração: 27 de maio de 2020

OBJETO: Apurar e garantir os direitos dos pacientes idosos em tratamento de saúde ao transporte público urbano municipal durante todo o período de Pandemia do COVID-19

O Ministério Público Estadual, por sua Promotora de Justiça que ao final subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 129 da Constituição Federal, artigo 132 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 26, inciso IV, alínea “a” e artigo 28, ambos da Lei Complementar n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul), e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público "zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados ao idoso, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, bem como atuar como substituto processual do idoso em situação de risco", consoante o disposto no art. 74, VII e III, da Lei n. 10.741/2003 Estatuto do Idoso;



CONSIDERANDO que o art. 10, II, "a", da Resolução nº 18/2010-PGJ, de 9 de setembro de 2010, alterado pela Resolução nº 004/2013 - CPJ, de 9 de julho de 2013 a qual fixa as atribuições das Promotorias de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, determina que compete à 44ª Promotoria de Justiça "assegurar o exercício dos direitos e garantias constitucionais da pessoa idosa, por meio de medidas administrativas e judiciais";

CONSIDERANDO a Portaria nº 2552/2020-PGJ, de 21.07.2020, que designou esta 40ª Promotora de Justiça de Campo Grande para coadjuvar nos procedimentos da 44ª Promotoria e Justiça da Comarca de Campo Grande;

CONSIDERANDO que o § 2º do artigo 230 da Constituição Federal, estabelece que: "Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos";

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 10.741/2020 – Estatuto do Idoso, também prevê em seu artigo 39, a gratuidade no transporte coletivo urbano aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos;

CONSIDERANDO que o transporte público se enquadra como um dos serviços públicos e atividade essencial à população, sobretudo, os idosos, que assim como qualquer outro cidadão tem o direito de ir e vir e necessitam circular, seja para fins de exercício livre do direito ao trabalho, seja para acesso aos serviços públicos de saúde (consultas médicas, exames, procedimentos cirúrgicos), de assistência social, para compra de alimentos e fármacos, ou, ainda, para o recebimento dos seus benefícios previdenciários e assistenciais em instituições financeiras;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, ao analisar o pedido de suspensão de liminar nº 1309, decidiu pela ilegalidade da medida extrema de restrição do direito de ir e vir das pessoas maiores de 60 anos de idade sem recomendação técnica e fundamentada da ANVISA;

CONSIDERANDO o recém publicado Decreto Municipal nº 14.551, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020, que em seu artigo 2º, inciso V, determina novamente: "a suspensão dos cartões do transporte coletivo para idosos e estudantes";

RESOLVE, em defesa dos direitos da pessoa idosa, RECOMENDAR, ao MUNICÍPIO DE Campo Grande/MS, na pessoa do Prefeito Municipal, Excelentíssimo Senhor Marcos Marcelo Trad:

i) a REVOGAÇÃO do mencionado inciso V, em seu artigo 2º do Decreto Municipal nº 14.551, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020, no que tange às pessoas idosas, tendo em vista que, conforme bem demonstrado acima, viola norma constitucional expressa e de aplicação plena e imediata e norma também expressa do Estatuto do Idoso, bem como a ABSTENÇÃO de inserção de tal vedação em eventual futura norma municipal visando a prevenção à COVID-19 ;

ii) OU, ALTERNATIVAMENTE, a alteração do mencionado inciso V, em seu artigo 2º do Decreto Municipal nº 14.551, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020, contendo RESTRIÇÃO de uso do cartão do transporte coletivo para idosos entre os horários de menor circulação de usuários, sugerindo-se o período entre 09 e 16 horas;

Fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento da presente, para que o Município de Campo Grande encaminhe a esta Promotoria de Justiça a comprovação do cumprimento integral da presente Recomendação.

A ausência de observância da medida enunciada impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção a pessoa idosa de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

Campo Grande, 11 de dezembro de 2020.

MARJORIE OLIVEIRA ZANCHETTA DE AZAMBUJA
Promotor de Justiça



CORUMBÁ

EDITAL N° 0025/2020/02PJ/CBA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001345-8.

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Representado: Jorge Abdul Ahad

Assunto: Parecer nº 680/19/Nugeo – Programa DNA Ambiental (2016-2017): buscar a reparação/compensação da supressão de 35,69 hectares de vegetação nativa, no período de 11/07/2016 a 04/09/2017, no interior do imóvel rural “Fazenda São Roque” (CARMS0041412), pertencente a Jorge Abdul Ahad (CPF nº 073.614.591-53), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Corumbá/MS, 09 de dezembro de 2020.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

NAVIRAÍ

EDITAL N° 0035/2020/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001359-1

Requerente: Ministério Público

Requerido: Flavio Mantovani de Mattos Pinheiro

Assunto: Apurar a notícia de que Flavio Mantovani de Mattos Pinheiro teria descumprido obrigações sanitárias e assim colocado em risco a vida e a saúde de consumidores nesta comarca de Naviraí/MS.

Naviraí, 14 de dezembro de 2020

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça